



João Gago da Câmara

## Paralelo 38

# Zuraida Soares - política e valores

*“Medo e desistência foram palavras que jamais fizeram parte do modo corajoso como Zuraida Soares enfrentou a vida. Quanto mais a diminuíam e desvalorizavam, mais ela se expunha e mais crescia o ser humano”*

Não é fácil escrever sobre alguém que tanto admirávamos nos Açores e que nos deixa prematuramente. Escrevo hoje sobre Zuraida Soares, cuja morte nos deixa a todos depauperados.

Habituei-me a respeitá-la, muito pelo seu saber enquanto académica - foi brilhante docente da Universidade dos Açores nas áreas da Filosofia e das Ciências da Educação - e, sobretudo, porque se obrigava à solidariedade, quase religiosa, em especial para com as classes mais desfavorecidas, de acordo com uma ética social onde se incluíam os valores humanos de equidade, lealdade, liberdade e assistência, para lá de ideologias, o que a coloca na vanguarda do seu tempo. A sua máxima era “reinventar, a cada momento, todas as lutas possíveis, em nome da dignidade humana e da construção de um mundo sem donos”. Diria eu que defendeu um mundo que conciliasse a política com as necessidades da comunidade, sem, contudo, pôr em causa as liberdades individuais ou o respeito para com as minorias.

Zuraida Soares, mãe de quatro filhos e avó de cinco netos, deixou-nos no passado dia 8 de fevereiro, com apenas 67 anos de idade. Levou-a a impiedade de uma doença que não perdoa, imediatamente após se aposentar. E tinha tanto para nos dar.

Era uma mulher de esquerda, mas respeitada pelos demais quadrantes ideológicos e partidários, precisamente por, creio, assentar a sua atuação política numa moral que todos prezamos.

Autonomista convicta e política multifacetada, considerava que a “açorianidade também é luta” e



que a Autonomia Constitucional açoriana é uma “filha diletta da democracia”.

Mulher de causas, encontrou no Bloco de Esquerda, de que foi fundadora, o fio condutor no combate ao aproveitamento e à hipocrisia político-partidária. Gerou inimizadas - pudera não! - sobretudo, nas mentes menores, chegando a contestação às suas prestações ao ponto da violência

física. Mas medo e desistência foram palavras que jamais fizeram parte do modo corajoso como Zuraida Soares enfrentou a vida. Quanto mais a diminuíam e desvalorizavam, mais ela se expunha e mais crescia o ser humano.

Foi coordenadora do Bloco de Esquerda, nos Açores, entre 2004 e 2014, integrou a Mesa Nacional do BE até à X Convenção Nacional e a Comissão Política Nacional, entre 2014 e 2016.

Eleita deputada à Assembleia Regional dos Açores, em 19 de outubro de 2018, e reeleita a 14 de outubro de 2012 e a 16 de outubro de 2016, Zuraida Soares engrossou a ala mais à esquerda na Assembleia, ingressando na casa da democracia açoriana já após a presença no parlamento do comunista José Eduardo Decq Mota, eleito mais cedo, entre 1984 e 1988 e depois entre 2000 e 2004, pela coligação CDU (PCP/PEV).

A influência à esquerda que a deputada acrescentou às bancadas do parlamento regional, inquestionavelmente, veio arejar a democracia na Região Autónoma dos Açores, quando o arquipélago padecia da solidão de um bi-partidarismo já quase insuportável, então protagonizado pelo PS e PSD.

Foi brilhante parlamentar até 20 de setembro de 2018, sabendo ceder, na oportunidade, o seu assento a um par do partido, sendo, na altura, surpreendentemente aplaudida de pé e por unanimidade pelos adversários políticos, que justamente elogiaram a oradora e o ser humano.

A democracia açoriana chora a cidadã e a democrata. Os Açores ficam mais pobres.

## Paulo Moniz na European Parliamentary Week 2020

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Paulo Moniz, integra a representação do Parlamento português que vai estar na European Parliamentary Week 2020, nos próximos dias 18 e 19 de Fevereiro, em Bruxelas.

O Encontro integra o Semestre Europeu sob a Perspectiva Parlamentar, no âmbito da presidência da Croácia da União Europeia (UE), contando com um leque alargado de intervenientes, que vão versar a Estabilidade, a Coordenação Económica e a Governança na UE.

O deputado social democrata frisou que “vão estar em cima da mesa vários temas de interesse para a Europa e o seu futuro, havendo a salientar, para lá das grandes linhas europeias, a abordagem ao novo quadro financeiro plurianual 2021-27, que terá uma redução de orçamento decorrente da saída do Reino Unido da

UE”, disse.

Assim, Paulo Moniz considera “imperativo salvaguardar os interesses dos Açores nesse âmbito, de forma a que, no pós-Brexit, a Região não seja prejudicada na distribuição de verbas, nomeadamente na definição dos seus critérios e na forma como elas serão alocadas. Vamos apontar a nossa maior atenção e um sentido reivindicativo muito claro para essa realidade”, adiantou.

Nesta sessão vão ser discutidos temas importantes também para Portugal e para os Açores, como Transparência e Sustentabilidade e objectivos financeiros: “Recorde-se que Bruxelas aconselhou Portugal a transpor as diretivas europeias contra o branqueamento de capitais, que deviam ter sido transpostas até 10 de Janeiro passado, e havendo sete Estados-Membros que não reportam a Bruxelas o que têm feito nesse sentido”, explicou o deputado.

“Preocupa-nos igualmente que, entre outros países, Portugal não cumpra a lei da qualidade do ar, sendo que Bruxelas já ameaçou recorrer aos tribunais se, no prazo de dois meses, Portugal não cumprir essa lei que protege as populações da poluição atmosférica”, disse também Paulo Moniz.

O social democrata alerta ainda para a importância, “não apenas de discutir, mas de agir, no que respeita às alterações climáticas, tendo a própria presidente da Comissão [Ursula Von der Leyen] apontado este dossier como a sua marca”.

“Portugal possui orla costeira na quase totalidade do seu território, pelo que devemos redobrar a atenção nestas matérias”, defende o parlamentar açoriano.

Por todos estes factores, “e por todos aqueles que a Portugal e aos Açores dizem directamente respeito, discutiremos também como adaptar o orçamento da UE às mudanças globais da União e, es-

pecificamente, de cada estado membro”, adiantou.

“Sabemos igualmente que não foi executado na totalidade o PT2020, e que o governo português devia readaptar projectos que não cumprem os requisitos globais, para que esses fundos fossem aproveitados e se mantivessem no nosso país, sob pena de, no futuro, poderem fazer ainda mais falta”, concluiu Paulo Moniz.

